

PROCESSO Nº

-148/17-

REG. PROC. Nº

-07-

FOLHA Nº

-021-



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

## AUTOS DE

Projeto de Lei nº 107/17

Instituir o "Dia do Profissional de Educação Física" no município de Leme e das outras providências.

Autor: de Ricardo de M. Lanata

## AUTUAÇÃO

Aos 17 (onze) dias do mês de setembro de 2017  
autuado P.L. nº 107/17 em fente.

Eu,

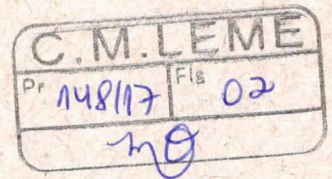
,subscrevi

Aut-Lei 107/17



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**PROJETO DE LEI Nº 107/2017**



Institui o "Dia do Profissional de Educação Física" no Município de Leme e dá outras providências.

Art. 1º fica instituído no Âmbito do município de Leme o "Dia do Profissional de Educação Física" a ser comemorado anualmente no dia 01 de setembro.

Art. 2º O dia ora instituído, passara a contar no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Leme.

Art. 3º esta lei entrara em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões Profº. Arlindo Favaro, em 11 de setembro de 2017.

Ricardo de Moraes Canata  
Vereador

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA  
RESOLUÇÃO Nº 337/2016.**

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME

11/09/2017 15:14:48

Protocolo Nro: 3179 - 2017

Tipo Docto: Projeto de Lei Ordinária - nº 107

Data Inserção: 11/09/2017

Maria Virginia do Amaral Mancini

# REGISTRO

Registrado sob nº de ordem 148/17  
fls 02V, do Registro de Processo nº 07  
Leme, 11 de Setembro de 20 17  
Funcionário me



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 148/17	Fig 03
mg	

**JUSTIFICATIVA**

O Profissional de Educação Física é o responsável por promover a prática da ginástica, jogos e atividades físicas em geral ensinando os princípios e regras técnicas de atividades esportivas.

Um Profissional de Educação Física define a atividade física mais indicada para cada pessoa, orientando-a quanto à postura, intensidade e frequência de cada exercício.

Está sob as responsabilidades de um Profissional de Educação Física efetuar testes de avaliação física, estudar as necessidades e a capacidade física de alunos, soldados ou atletas, de acordo com suas características individuais, elaborar programas de atividades esportivas, de acordo com a necessidade, capacidade e objetivos visados pela pessoa a que se destinam, instruir alunos, soldados e atletas sobre exercícios e jogos programados, inclusive sobre a utilização de aparelhos e instalações de esportes, atuar em exercícios de recuperação de indivíduos portadores de deficiências físicas, através de exercícios corretivos, desenvolver e coordenar práticas esportivas específicas para o bom desempenho do atleta em competições esportivas e atividades similares.

Para que o profissional tenha um bom desempenho como Profissional de Educação Física além da graduação é essencial que possua capacidade de liderança, determinação e espírito competitivo.


Portanto certo da importância do projeto de lei ora apresento, conclamo os nobres pares a apoiá-lo.

Sala das Sessões Profº. Arlindo Favaro, em 11 de setembro de 2017.

**Ricardo de Moraes Canata**  
Vereador

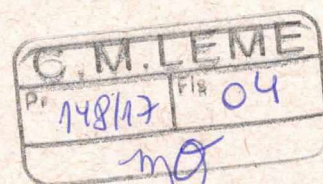
**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA  
RESOLUÇÃO Nº 337/2016.**

A Procuradoria Jurídica  
para parecer em 11/09/12

  
PRESIDENTE



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO



**PROJETO DE LEI Nº 107/2017**

**EMENTA:** "Institui o *Dia do Profissional de Educação Física* no município de Leme e dá outras providências"

**AUTORIA:** Vereador Ricardo de Moraes Canata

**PARECER JURÍDICO**

Senhor Presidente.

O presente processo apresenta Projeto de Lei que Institui o *Dia do Professor de Educação Física* no município de Leme e dá outras providências.

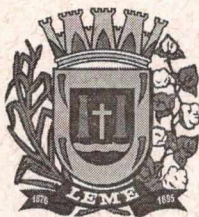
Assim, cumpre-me manifestar sobre o projeto avaliando-o estritamente quanto aos aspectos formais da proposição em tela.

É o relatório.

Passo a opinar.

A Constituição Federal de 1988 contemplou a existência de entes federativos em três esferas distintas, a saber, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dotando cada um de autonomia e atribuindo a estes campos de atuação estatal determinados.

Com isso, o Constituinte conferiu aos Municípios, de forma suplementar, poder para agir, administrar e atuar em situações concretas, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, e



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr. 148/17	Fis. 05

ainda para legislar sobre assuntos de interesse local, disposto no art. 30, incisos I e II da Carta Magna:

***"Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;***

***II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;"***

***(...)***

O artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Leme, preceitua:

***"Art. 30 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta lei."***

***."***

***(...)***

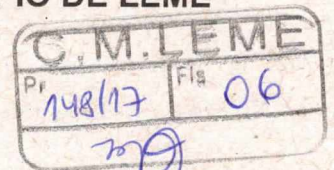
A espécie normativa foi adequadamente aplicada através de Lei Ordinária, sendo que o presente Projeto de Lei esta bem redigido, contendo sua justificativa, conforme o disposto no artigo 30, § 3º da LOM, e ainda, estando devidamente instruído, portanto, em condições de iniciar a sua tramitação pela Casa.

Verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo (art. 78, I e IV do RI).

Para aprovação do Projeto da Lei nº 107/2017 será necessário o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal, conforme dispõe o artigo 29 da LOM.



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO



Cabe ressaltar finalmente que, em alguns julgados do Estado de São Paulo entenderam que este tipo de projeto de lei que versa sobre a organização e estrutura da administração, suas políticas públicas e seus serviços públicos, contém vício de inconstitucionalidade porque ferem a competência do chefe do Poder Executivo, a quem incumbe a administração do município e a organização dos órgãos da Administração Pública, conforme se vê:

*“Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Município de Hortolândia. Lei nº 2.975/14, que dispõe sobre o “Dia municipal da luta pela eliminação da discriminação racial”, e Lei nº 2.994/14, disciplinando o “transporte de animais domésticos pelo serviço público municipal de transporte coletivo de passageiros”. Alegado vício de iniciativa e falta de indicação da fonte de custeio para seu cumprimento.*

*1. Vício de iniciativa, a configurar invasão de competência do chefe do Poder Executivo na instituição de programas, campanhas e serviços administrativos, incidindo igualmente no óbice da ausência de previsão orçamentária.*

*2. Ofensa à Constituição do Estado de São Paulo, especialmente os seus artigos 5º, 24, §2º, 2; 25, 47, II, XIV e XVIII; 144, 158, parágrafo único, e 176, I.*

*3. Julgaram procedente a ação, declarando a inconstitucionalidade das Leis nºs 2.975/14 e 2.994/14, do Município de Hortolândia. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2141004-06.2014.8.26.0000, Órgão Especial, Relator Des. Vanderci Álvares, julgado de 10.12.2014).”*

Diante dos fatos e razões apresentados no presente parecer técnico-jurídico baseado nos elementos formais, aconselhamos a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a análise do Projeto de Lei nº 107/2017, observando o disposto no artigo 30, § 1º, 3, da Lei Orgânica do Município de Leme.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função




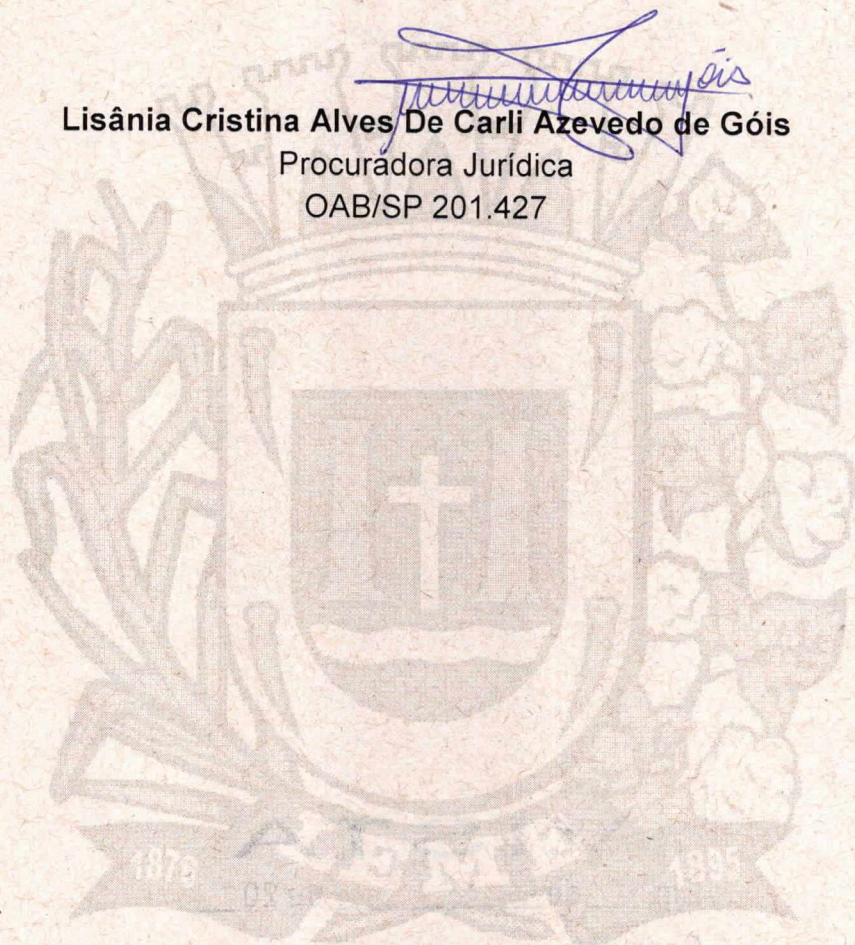
**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr. 148/17	Fls. 07

legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

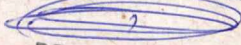
Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin", em 11 de setembro de 2017.

  
**Lisânia Cristina Alves De Carli Azevedo de Góis**  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP 201.427



Ao Expediente

11 / 09 / 20 17



PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☐

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☒

P.U.O.P.S. ☐

Em 11 / 09 / 17

**VISTA**

Em 12 de 09 de 20 17

Com vista às

comissões

Funcionário JV



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 148/17	Fig 08
<i>mg</i>	

**PROJETO DE LEI nº 107/17**

**EMENTA:** "Institui o "Dia do Profissional de Educação Física" no Município de Leme e dá outras providências.

**AUTORIA:** Vereador Ricardo de Moraes Canata

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**e**

**COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresenta um único relatório, o qual é também o seu respectivo voto:

*Canata* 1-) Trata-se de projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador Ricardo Pinheiro de Assis, que busca autorização legislativa para a instituição no calendário municipal o "Dia do Profissional de Educação Física", a ser comemorado anualmente no dia 01 de setembro.

2-) Portanto, no que concerne a Comissão de Constituição Justiça e Redação, entendemos que o projeto em questão, não ofende as Normas Superiores, estando bem redigido e instruído, razão por que esta Comissão é **FAVORÁVEL** à tramitação do mesmo.

3-) Já no tocante a Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo, é **FAVORÁVEL** ao projeto, tendo em vista que este trata de homenagear profissionais essenciais a formação dos alunos em nosso




**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 948/17	Fis 09
mg	

Município, porém ressalta que o mérito e oportunidade desta proposição, caberá ao Egrégio Plenário a sempre sábia e soberana decisão final.


Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", em 22 de setembro de 2017.

**Pela Comissão C. J.e R.**



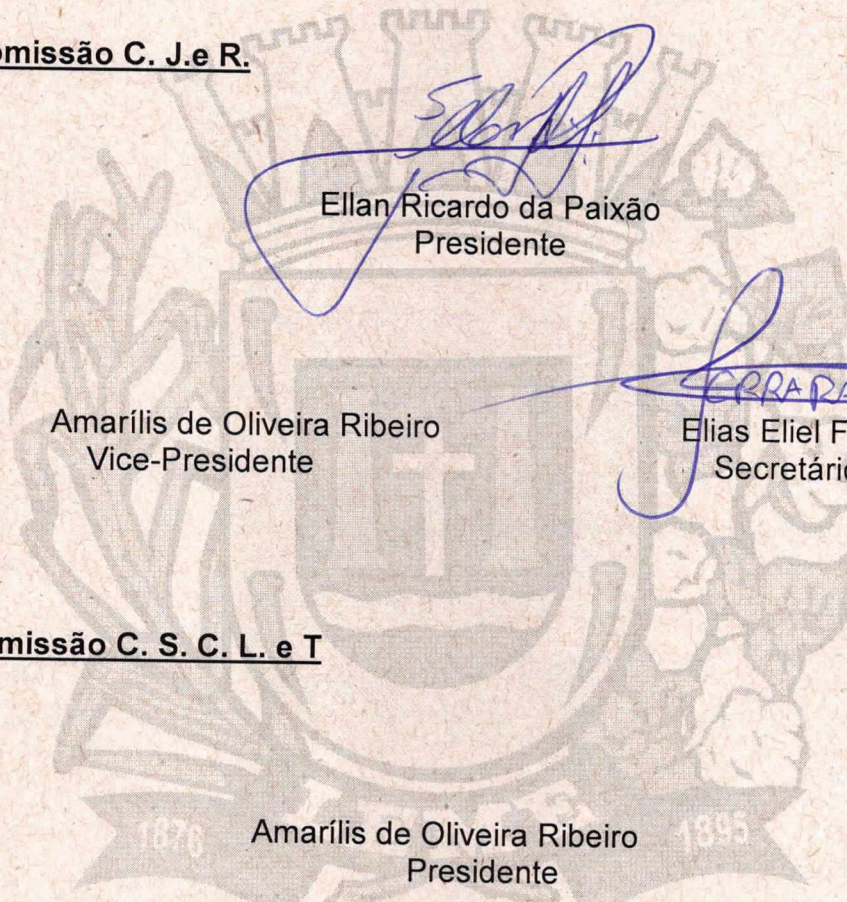
Ellan Ricardo da Paixão  
Presidente

Amarílis de Oliveira Ribeiro  
Vice-Presidente




Elias Eliel Ferrara  
Secretário

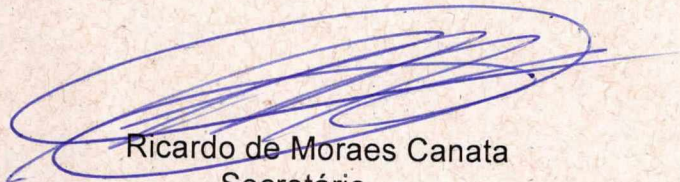
**Pela Comissão C. S. C. L. e T**



Amarílis de Oliveira Ribeiro  
Presidente



Ellan Ricardo da Paixão  
Vice-Presidente



Ricardo de Moraes Canata  
Secretário



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 148/17	Fls 10
<i>mg</i>	

A Ordem do Dia

25/09/2017

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N°107/17, aprovado por 16 (dezesesseis) votos a favor e 1 (uma) ausência em 1ª e 2ª discussão e votação.

Em 25 de setembro de 2017

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS

Presidente



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
P. 148/17	Rs 11.
cabele	

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI Nº 107/2017**

Institui o “Dia do Profissional de Educação Física” no Município de Leme e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído no âmbito do município de Leme o “Dia do Profissional de Educação Física” a ser comemorado anualmente no dia 01 de setembro.

Art. 2º O dia ora instituído, passara a contar no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Leme.

Art. 3º Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação

Leme, 25 de Setembro de 2017.

Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente